


UM OLHAR PARA OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE EUROPEUS NO BRASIL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.647112526029>

Data de submissão: 14/04/2025

Data de aceite: 29/04/2025

João Marcos Vitorino

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Rio Claro – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9170146163972363>

Joyce Mary Adam

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Rio Claro – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3567581285174163>

RESUMO: Este texto constitui parte de uma tese de doutorado intitulada “*Migração de brasileiros em Portugal: dinâmicas sociais e relações com/na escola pública*” e apresenta um estudo teórico-analítico que revisita os fluxos migratórios europeus para o Brasil, articulando-os às dinâmicas históricas de exclusão, racialização e interesses econômicos. A análise propõe compreender como, entre os séculos XIX e XX, o Estado brasileiro incentivou a migração de europeus como parte de um projeto político de embranquecimento da população e modernização econômica, em detrimento da integração social das populações negras recém-libertas. Ao longo do texto, evidencia-se que, embora os migrantes europeus

fossem considerados preferenciais por sua branquitude, também enfrentaram condições precárias de trabalho e moradia, sendo frequentemente explorados pelos grandes proprietários de terra. O estudo desmistifica narrativas romantizadas sobre a migração europeia, apontando para os critérios seletivos e excludentes que definiram os regimes de acolhimento no Brasil. A pesquisa destaca, ainda, a atuação estatal e dos organismos internacionais na gestão dos fluxos migratórios no pós-guerra, reforçando a seletividade baseada em critérios étnicos e produtivos. Ao refletir sobre essas experiências históricas, o trabalho propõe uma crítica às políticas migratórias excludentes e convoca à construção de um modelo mais inclusivo, plural e comprometido com a justiça histórica e social.

PALAVRAS-CHAVE: Migração europeia; políticas de branqueamento; ciclos econômicos.

AN OVERVIEW OF EUROPEAN MIGRATION FLOWS TO BRAZIL

ABSTRACT: This text is part of a doctoral thesis entitled “*Migration of Brazilians in Portugal: social dynamics and relationships*”

with/in public schools” and presents a theoretical-analytical study that revisits European migratory flows to Brazil, connecting them to historical dynamics of exclusion, racialization, and economic interests. The analysis seeks to understand how, between the 19th and 20th centuries, the Brazilian state encouraged European immigration as part of a political project of whitening the population and promoting economic modernization, to the detriment of the social integration of newly freed Black populations. Throughout the text, it becomes evident that, although European migrants were considered preferable due to their whiteness, they also faced precarious working and living conditions and were frequently exploited by large landowners. The study challenges romanticized narratives of European immigration, highlighting the selective and exclusionary criteria that shaped Brazil’s reception policies. Furthermore, the research draws attention to the role of the state and international organizations in managing post-war migration flows, reinforcing selection processes based on ethnic and productive criteria. By reflecting on these historical experiences, the work offers a critique of exclusionary migration policies and calls for the construction of a more inclusive, plural, and historically just model.

KEYWORDS: European migration; whitening policies; economic cycles.

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui parte integrante da pesquisa de doutoramento intitulada *“Migração de brasileiros em Portugal: dinâmicas sociais e relações com/na escola pública”*, cuja proposta central é compreender as múltiplas camadas que compõem o fenômeno migratório contemporâneo, especialmente no que se refere às experiências sociais e educacionais vividas por sujeitos brasileiros em contextos transnacionais.

Como desdobramento desse escopo mais amplo, o estudo aqui apresentado visa ampliar o olhar para os fluxos migratórios, lançando uma perspectiva analítico-reflexiva sobre os processos históricos que conformaram a mobilidade de europeus em direção ao Brasil.

A escolha por revisitar e analisar os fluxos migratórios europeus ao Brasil não se dá de forma desvinculada ao foco principal da pesquisa, mas antes como um movimento metodológico e epistêmico que busca lançar luz às genealogias da migração e às formas pelas quais projetos nacionais, interesses econômicos e ideologias racializadas moldaram – e ainda moldam – os regimes de acolhimento e exclusão.

Compreender essas trajetórias históricas, seus marcos legais, suas motivações geopolíticas e seus desdobramentos sociais permite, portanto, observar com maior densidade crítica as continuidades e rupturas que atravessam os contextos migratórios atuais.

Objetiva-se, desse modo, compreender como o processo migratório de europeus em solo brasileiro se articulou às dinâmicas do capital, às disputas territoriais, às crises humanitárias e à consolidação de projetos civilizatórios eurocentrados.

1 Pesquisa de Doutorado disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/295465>

No caso específico do Brasil, o processo migratório europeu assumiu contornos singulares, especialmente entre os séculos XIX e XX, quando o Estado brasileiro, sob forte influência das elites agrárias e do pensamento eugenista, implementou políticas de incentivo à migração com o objetivo de embranquecer a população, dinamizar a produção agrícola e consolidar a economia cafeeira.

Tal movimento ocorreu em paralelo à marginalização sistemática de populações negras recém-libertas e à tentativa de apagamento das contribuições culturais e econômicas dessas comunidades.

Este texto, portanto, propõe uma análise crítica dos ciclos migratórios europeus no Brasil, abordando suas motivações históricas, as tensões raciais que os permeiam, as implicações políticas de sua implementação e os efeitos sociais duradouros que produziram.

A partir do diálogo com autores críticos, busca-se desnaturalizar os discursos que romantizam a migração europeia e revelar suas conexões com os projetos excludentes de nação. Trata-se, assim, de um esforço interpretativo que, ao resgatar os caminhos trilhados por milhões de sujeitos europeus rumo ao Brasil, procura contribuir para a compreensão mais ampla das lógicas de mobilidade humana e das assimetrias históricas que organizam o direito ao movimento e à pertença.

Ao adotar uma abordagem crítica e multidimensional, o estudo busca também articular os fluxos migratórios pretéritos com as configurações contemporâneas da mobilidade internacional, de modo a fornecer subsídios teóricos e históricos para a análise dos processos migratórios atuais — em especial aqueles vivenciados por brasileiros em contexto europeu — e contribuir para o debate sobre políticas públicas de acolhimento, integração e reconhecimento da diversidade nos espaços sociais.

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS DE EUROPEUS NO BRASIL

Das fases de conquista do novo mundo por ingleses, portugueses e espanhóis, passando pelos movimentos migratórios forçados de etnias africanas escravizadas, aliados aos processos de povoamento e exploração da Austrália, a migração tem se constituído marco decisório que está presente na história da humanidade, seja por conta das demandas produtivas inseridas no bojo das necessidades econômicas, sejam por aspectos relacionados a conquista/manutenção do poder geopolítico, bem como por fatores impulsionados por grandes embates bélicos.

O fato é que os processos migratórios definiram as bases da civilização moderna, e moldaram muitos aspectos relacionados à cultura das sociedades em diferentes partes do mundo (Castles; Miller, 1998).

Historicamente, os Estados europeus desempenharam centralidade no que se relaciona ao fluxo de movimentação de pessoas proporcionado pela expansão marítima, principalmente a partir do século XV, onde pode ser observado a intensificação na migração de muitos de seus cidadãos a terras até então “desconhecidas”.

As grandes explorações, e por consequência, os processos imperialistas decorrentes do capitalismo mercantil, foram objeto de desejo de muitos desses povos em busca de riquezas e de exploração de novas fronteiras territoriais.

As trocas auferidas junto aos povos originários, principalmente na América, foram desastrosas do ponto de vista humanitário, observando-se, ao longo do processo de expropriação territorial e pilhagem de recursos, grande intensificação de conflitos, desastres epidemiológicos a partir da disseminação de doenças provenientes do “homem branco”, assim como a espoliação cultural desses povos, resultando em um articulado processo de extermínio, a partir do uso da força militar (Santi; Baptista; Bernieri; Martins, 2020).

Experimentando fases de retração econômica, repercutindo a partir de crises do capital, um contingente volumoso de europeus buscou, na estratégia da migração, uma forma de escapar da fome e das severas condições de vida que lhes eram impostas.

Assim, no contexto do século XIX, pode ser observado um processo de migração em massa que “[...] foi responsável pela mudança mais drástica que sofreu a população mundial: o aumento dos habitantes das Américas de cerca de 30 a quase 160 milhões entre 1800 e 1900”, especialmente na América do Norte, que assistiu a um aumento de sua população que era de 7 milhões, passando para “[...] mais de 80 milhões de habitantes” (Hobsbawm, 1988, p. 20). Nessa direção:

De 1800 a 1930, 40 milhões de europeus migraram permanentemente para o exterior, principalmente para as Américas do Norte e do Sul e Austrália. De 1850 a 1914, a maioria dos migrantes veio de Irlanda, Itália, Espanha e Leste Europeu, áreas em que a industrialização veio mais tarde. A América oferecia o sonho de se tornar um fazendeiro ou comerciante independente em novas terras de oportunidades. Muitas vezes esse sonho ficou desapontado: os emigrantes se tornaram trabalhadores assalariados construindo estradas e ferrovias pelas vastas extensões do Novo Mundo, ‘cowboys’, gaúchos ou criadores de gado em grandes fazendas, ou operários de fábrica em indústrias emergentes do nordeste dos EUA (Castles; Miller, 1998, p. 55, tradução nossa²).

No Brasil, inspirados pela defesa eugênica calcada principalmente pelo Estado (Menezes, 2013, p. 75), os discursos em torno dos processos migratórios acompanhavam, em grande medida, as tendências xenofóbicas propagadas por outros países, sendo que nos Estados Unidos campanhas contra grupos asiáticos (os chamados Coolies)

2 Trecho original: “From 1800 to 1930, 40 million Europeans migrated permanently overseas, mainly to North and South America and Australia. From 1850 to 1914 most migrants came from Ireland, Italy, Spain and Eastern Europe, areas in which industrialization came later. America offered the dream of becoming an independent farmer or trader in new lands of opportunity. Often this dream was disappointed: the migrants became wage-laborers building roads and railways across the vast expanses of the New World, ‘cowboys’, gauchos or stockmen on large ranches, or factory workers in the emerging industries of the north-eastern USA”.

foram disseminadas a partir de 1880 (Castles; Miller, 1998, p.56), no Canadá a migração asiática foi proibida entre 1923 a 1947 (Castles; Miller, 1998, p. 57), e em solo brasileiro, a discussão girava em torno de uma possível mácula desses grupos étnicos em função de lhes atribuírem “um sangue pobre e degenerado, tóxico e nocivo às grandes leis do cruzamento de raças” (Carvalho³, 1988 *apud* Menezes, 2013, p. 75).

Ao português, associava-se a ideia de “atraso e o imobilismo”, dado que “por volta de 1850 já era corrente a contraposição entre uma “Europa ativa”, industrializada e civilizada, e uma “Europa passiva”, agrícola e “atrasada””. Todavia, em última instância, os portugueses apresentavam contributo que nem os asiáticos, tão pouco os negros poderiam apresentar para a construção das bases da “ordem e progresso” em solo Tupiniquim: eram brancos (Menezes, 2013, p. 74-75).

É desse modo, inspirados por ideias de “arianização”, com base na perspectiva de branqueamento da população brasileira⁴ - face ao exponencial contingente de negros - que as políticas de incentivo a migração europeia tinham como pano de fundo principal as teses higienistas que consagravam a necessidade de purificação das raças por meio da inserção de trabalhadores europeus no Brasil, movimento este que a despeito de protestos xenófobos de trabalhadores observados na Califórnia, Austrália, “África do Sul branca, ou os católicos, na Irlanda do Norte [...] produziu surpreendentemente poucas agitações contra estrangeiros entre os trabalhadores, mesmo nos EUA e, praticamente nenhuma, como na Argentina e no Brasil” (Hobsbawm, 1988, p. 139).

Desse modo, “sob a influência do racismo generalizado do mundo burguês [...] sonharam com uma transformação biológica de suas populações” que só poderia acontecer por meio da “[...] imigração maciça de pessoas de origem europeia no Brasil e no Cone Sul da América do Sul” (Hobsbawm, 1988, p. 253).

Em confronto com o México, que não incentivou a migração de brancos, tendo em vista a legitimação de seu passado pré-colombiano, bem como a recusa em ceder espaço para norte-americanos e espanhóis, dado o difícil histórico de sua libertação (Hobsbawm, 1988, p. 253), o Brasil apregoou o discurso higienista como tese central de sua propaganda de migração, convertendo ações estatais com o intuito de: a) garantir a ocupação do sul do país; b) fortalecer o desenvolvimento interno por meio da exploração da agricultura; c) fortalecer o trabalho nas lavouras de monocultura do café (Santos, 1997, p. 6).

De acordo com Beiguelman (1982) duas posições podem ser abstraídas do processo migratório no Brasil: Uma primeira, apregoada pelos movimentos abolicionistas, que tendiam a se referir aos negros como trabalhadores essenciais para o desenvolvimento social, e que, portanto, defendiam a necessidade da “incorporação econômica da população

3 Congresso Agrícola – Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Introdução de José Murilo de Carvalho.

4 A este respeito, a tela “A redenção de Cam”, do pintor espanhol Modesto Brocos, representa com fidedignidade o preceito de branqueamento instituído na mentalidade da época, cuja imagem expressa a defesa da mistura entre raças como a base da construção de uma nação menos Africanizada. Disponível em: <<https://abrir.link/L4tCJ>>. Acesso em 27 ago. 2023.

livre e liberta num outro sistema”, e uma outra perspectiva, difundida principalmente pelos setores da elite agrária do oeste (novo) paulista⁵, os chamados “barões do café”, que se assentada nas bases do racismo científico, que compreendia o trabalho escravo como um “[...] atributo de incompetência” (Beiguelman, 1982, p. 15-16), sendo necessário, portanto, estimular a vinda de migrantes europeus para de um lado, solidificar as bases da economia regida pela monocultura do café, e por outro, eliminar os traços de mestiçagem brasileira, promovendo um branqueamento de sua população.

Destinados a introduzir um contingente de, pelo menos, cem mil migrantes europeus a partir de 1887, observa-se um grande esforço governamental, no sentido de prover condições de inserção laboral desses sujeitos, o que, por sua vez, liquidou de maneira vexatória a possibilidade de aquisição de direitos pelos negros escravizados, fortalecendo um processo que não propiciou “[...] as mudanças estruturais almejadas pelo grande teórico do movimento, Joaquim Nabuco” (Beiguelman, 1982, p. 15-19).

Considerados caros, e relativamente perigosos, dadas as constantes fugas, a existência dos agrupamentos em quilombos, bem como os ataques contra fazendeiros, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho do migrante, que paulatinamente passou a ocupar os espaços na zona rural como lavradores na monocultura do café, base do ciclo econômico da época.

Além dessas questões, o quadro nacional estava marcado por uma dinâmica histórica na qual havia um latente “[...] processo de superação da estrutura autonômica na fazenda paulista – aliás, anterior mesmo à Lei do Ventre Livre –” que, por sua vez, era responsável por operar de fato um “[...] esquema de aliança com a incipiente urbanização, num contexto de estímulo à emergência de uma economia mais complexa” (Beiguelman, 1982, p. 27).

É nesse quadro de profunda transformação nacional, e a partir de confrontos entre paulistas (uns conclamando indenizações pela abolição⁶, outros em busca de incentivos

5 Beiguelman (1982) estabelece distinção entre a região do Oeste Paulista, asseverando para o fato de que, o Oeste histórico é caracterizado de maneira homogênea, o que por sua vez dessacraliza a compreensão do processo imigratório no território. Enquanto o centro do Oeste histórico correspondia às áreas de Campinas, Bragança, Itatiba, Itu, assim como os municípios da região Sorocabana, o Oeste velho é caracterizado pelas cidades de Rio Claro e Limeira. Tais espacialidades eram conhecidas como “clube da lavoura de Campinas” e apresentavam grande resistência ao processo de abolição da escravatura e aos obstáculos auferidos contra o tráfico interprovincial, pois detinham uma economia organizada e encontravam-se no “apogeu sócio-econômico”, possuindo o maior número de escravos. Não obstante, Campinas se tornou a última cidade do mundo a libertar escravos. Já o Oeste novo, que detinha escasso número de escravos, representado pela região de Ribeirão Preto, insistia numa nova configuração laboral que não se valesse do trabalho escravizado. Opunham-se ao trabalho asiático, e conclamavam a necessidade do trabalho migrante europeu. Não se distinguiram em termos progressistas do outro grupo, sendo sua opção pela imigração motivada pelo quadro econômico. Já o Vale do Paraíba, localizado no norte do estado, representava o atraso econômico-social, tendo o seu apogeu apenas enquanto lembrança (Beiguelman, 1982, p. 19-23).

6 A esse respeito, Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda em 1890, definiu como estratégia a eliminação de registros importantes sobre escravidão no Brasil, dentre os quais destaca-se os dados relacionados as matrículas e os registros de mudanças para dificultar “[...] a prova de posse anterior de escravos, e assim sustado qualquer movimento que reivindicasse, perante o governo, a indenização da propriedade perdida com a abolição” (Slenes, 1983, p. 120) Sua ação, muito criticada pelos movimentos negros, é encarada ainda hoje, como um retrocesso histórico, configurando como ação que promoveu o apagamento da realidade da situação dos negros escravizados no Brasil.

para o estímulo do processo migratório) que a vinda de migrantes europeus é promovida no Brasil.

De acordo com o boletim do Departamento do Trabalho, “no período entre 1902-1911 chegaram ao Brasil 139.228 italianos, 110.923 espanhóis e 78.140 portugueses” e mais tarde japoneses, que chegaram num primeiro grupo de 793 pessoas, mas que em 1908, constituíam um total de 17.735 pessoas (Beiguelman, 1982, p. 51-57).

Alguns sistemas de pagamento foram testados na realidade paulista, dentre eles o sistema de parceria e o salário anual, “[...] acrescido de quota por alqueire de café colhido, e principalmente, com a permissão do usufruto” (Beiguelman, 1982, p. 34), resultando em muitos conflitos entre colonos (principalmente italianos, alemães e suíços, na primeira fase) e fazendeiros.

Inicialmente, os migrantes (essencialmente agrupados em bases familiares) chegavam até o país por meio do financiamento de suas viagens pelos latifundiários, o que significava assumir perniciosas dívidas em solo brasileiro.

Dessa forma, em muitos casos, a escolha pela migração representava, para europeus já empobrecidos, arcar com elevados custos e uma vida de árduo trabalho dedicada a pagar contas resultantes da travessia ao Atlântico.

Esse estágio foi substituído pelo financiamento do Estado, sendo possível observar inúmeras campanhas publicitárias no exterior (Beiguelman, 1982, p. 37) no sentido de atrair mão de obra europeia para desempenho nas lavouras, o que por sua vez, significará um processo de competitividade em relação aos negros, num contexto em que o “[...] trabalho incentivado não era menos intenso que o servil” (Beiguelman, 1982, p. 34).

A posterior desobrigação de seguir contratos rígidos e longos, bem como a manutenção da maquinaria do Estado para a promoção da migração, representou para os fazendeiros um alívio no que se relacionava o financiamento do traslado dos migrantes, e para estes, maior flexibilidade para a escolha do local de trabalho no Brasil.

Desse modo, [...] davam preferência ao campesino, habituado a condições penosas de existência (evitando, na medida do possível, a entrada de artesãos e do elemento urbano em geral)” (Beiguelman, 1982, p. 38), estratégia muito pertinente para o padrão da época que tendia a considerar o Brasil como uma nação de “vocação” rural, e que, em essência, deveria se desenvolver tendo como base a estrutura da fazenda e o sistema senhorial que predominava naquele contexto.

Desse modo, a distribuição do trabalho, bem como a articulação do motor produtivo paulista, esteve inicialmente inserida numa tríplice lógica, na qual coexistiam “o livre nacional, para as tarefas de derrubadas de matas; o escravo, para a formação das lavouras novas; e o imigrante, para o trato do cafezal em formação” (Beiguelman, 1982, p. 42-43), sendo que posteriormente, com a intensificação dos fluxos migratórios, a atividade de trato do cafezal novo foi entregue aos colonos.

Os negros, se viam dessa maneira, imersos num quadro de deslocamento político-econômico, tendo como base de sua organização laboral a atividade desempenhada em áridas terras, vivendo em precárias choupanas.

Assim, surge a tendência em desqualificar não apenas o negro, mas a região do Vale do Paraíba que empregava em maior quantidade essa população, atribuindo a infundada opinião de que “[...] a decadência da lavoura” estava diretamente ligada “[...] ao braço que ela justamente empregou porque já se encontrava em declínio” (Beiguelman, 1982, p. 43).

A desaceleração da migração europeia foi precedida de conflitos, regulamentações em torno dos agrupamentos familiares que aqui se formaram, bem como por ressentimentos (de caráter xenofóbicos), em função dos problemas urbanos pelos quais passava o país.

A mobilidade para as cidades, bem como a ascensão socioeconômica⁷ de alguns migrantes também permearam o quadro, mobilizando um cenário de ressentimento e hostilidade contra a migração (Beiguelman, 1982, p. 43).

Em vista de tal hostilidade, e na procura por respostas ao sistema produtivo, que em muitas situações, ainda forçava o trabalhador migrante a permanecer na terra pelo período do contrato, e na mesma medida, “[...] em vista da situação periclitante do produto” (café), instituiu-se a possibilidade de auferir a venda de terras aos migrantes, conferindo-lhes o título de proprietários às margens da grande propriedade monocultura, ao mesmo tempo em que desempenhavam a função de trabalhador rural nos momentos de safra. (Beiguelman, 1982, p. 55).

Desse modo, assiste-se a um processo no qual os negros são lançados a exclusão social de maneira intensa⁸, uma vez que, seus trabalhos eram desvalorizados em relação ao trabalho do migrante, e a aquisição de terras era um sonho impensável num país estruturalmente racista e profundamente ressentido pelo fim da escravidão, tendo em vista que muitos ex-proprietários de escravos ainda sonhavam com indenizações do Estado brasileiro.

Por consequência, embora também fossem fruto de fluxos migratórios (ou, em muitos casos, descendentes) forçados, os negros se viram explorados e espoliados por 388 anos, dos quais sustentaram ciclos econômicos extremamente dependentes de sua mão de obra, mas, ao final, se viram expurgados das fazendas e de seu sistema oligárquico, lançados às mazelas de uma sociedade pouco interessada em lhes integrar.

7 Contemporâneo desse processo histórico, o livro “O cortiço” de Aluísio Azevedo, representa por meio da arduosa simbologia do movimento naturalista, como as aspirações individuais associadas a um contexto de exploração, influenciam as ações dos sujeitos, enfatizando a história central de José Romão, português que, em busca de aquisição de capital e prestígio social, promove exploração de Bertoleza, escrava que trabalha dia e noite por sua alforria, mas que por fatalidade, nunca lhe é concedida. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf>. Acesso em 02 ago. 2023.

8 Essa situação histórica pode ser corroborada pelos baixos índices de escolarização, acesso limitado a bens e serviços, bem como pela análise da população carcerária brasileira, que congrega, em sua maioria, um contingente elevado de negros. O livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina De Jesus, expõe a realidade da população negra alguns anos depois da abolição, sinalizando que, a não efetivação de direitos fomentou um quadro de exclusão social na qual essa população se vê, ainda hoje inserida. Disponível em: <<https://abrir.link/vArws>>. Acesso em 07 ago. 2023.

A estes sujeitos, a discussão de uma reparação histórica, e nesse caso, de uma justa contrapartida estatal com o pagamento de indenizações foi pouco explorada⁹, sendo, contudo, articulado legislações que, muito embora não possuísem apelo explícito como as leis¹⁰ de Jim Crow, que fomentaram a segregação racial nos Estados Unidos, tinham em essência o mesmo caráter: instituir a mentalidade de que ao negro cabia assumir as bordas da sociedade brasileira.

Embora o sistema de migração subvencionada pelo Estado tenha sido extinto posteriormente, sendo os fluxos não mais atrelados ao trabalho nas lavouras, o processo migratório continuava a partir das aspirações individuais de sujeitos que viam no Brasil, possibilidade de se estabelecer e fugir das desestabilizações econômicas e sociais pelas quais passava a Europa.

No período da primeira guerra mundial (1914-1918), o fluxo de pessoas através do Atlântico continua intenso, sendo que o deslocamento de Portugueses atinge seu ápice, e mantém-se acelerado no pós-guerra, tendência seguida por japoneses e nacionalidades diversas.

No mesmo período, a migração Italiana atinge seus menores patamares, embora seu fluxo se mantenha contínuo¹¹. Em relação aos Espanhóis e Alemães, pode-se observar uma elevação, seguida por uma estagnação no pós-guerra.

Apenas no período compreendido entre 1910 a 1929 o Brasil recebeu 1.662.100 novos migrantes, o que representa um percentual de 40% do total recebidos ao longo de 57 anos da série histórica. O número de europeus, em contraposição aos japoneses e outras nacionalidades, representou um total de 74% de todas as imigrações dessas duas últimas fases, compreendidas nos 19 anos. A tabela 1 evidencia tais dados:

9 O consultor do Senado Federal Fernando Trindade, apregoa que princesa Isabel teria articulado um plano (frustrado) para pagamento de indenização aos negros, que seriam recém libertos, atribuindo a ela o seguinte trecho: “Com os fundos doados, teremos oportunidade de colocar esses ex-escravos, agora livres, em terras próprias, trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Deus nos proteja dos escravocratas e os militares saibam desse nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil”. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil>>. Acesso em 04 ago. 2023.

10 De acordo com Ferreira (2009) um dos instrumentos legais utilizados principalmente a partir da primeira república, foi a “[...]lei da vadiagem, que atingia pessoas certas, os negros que estavam fora do mercado de trabalho em decorrência da pseudoliberalidade que lhes havia sido concedida sem qualquer política reparatória ou de inserção. Destaca-se ainda, a marginalização da capoeira, entre outras práticas do povo de origem africano. Para um detalhamento desta questão, consultar: “A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”, por Myrian Sepúlveda dos Santos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/DPRr6kxK4gx8k56fN9tvGKc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 04 ago. 2023.

11 É importante frisar que, desde 1902 a migração Italiana subvencionada foi proibida pelo Decreto Pinetti, em razão das condições trabalhistas impostas aos italianos no Brasil. No entanto, a migração espontânea continuou sendo regular e estimulada. (Barbosa; Lima, 2020, p. 35).

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.296	17.084	-	107.232	1.198.330 ¹²
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
Total	1.195.052	1.479.353	574.568	165.861	86.577	606.385	4.107.796

Tabela 1 – Imigração internacional, Brasil, 1872 – 1929 **Fonte:** FIBGE, Censo Demográfico de 1940, *apud* Baeninger; Peres; Demétrio, 2013, p. 32.

A forte instabilidade econômica, os confrontos bélicos, associadas a um quadro de fome, precarização social e medo, influenciou o fluxo de pessoas além-mar, trazendo-os para o Brasil a procura de melhores condições de vida, que dificilmente, encontrariam uma vez que “[...] o país experimentou uma inédita onda de êxodo rural que os grandes centros urbanos não conseguiram absorver, provocando um desemprego crônico” (Daróz, 2016).

Considerada uma “luta entre burgueses” por setores socialistas, a primeira grande guerra moldou a economia brasileira à realidade europeia, evidenciando um cenário de dificuldade e penúria, com uma redução média de 25% nos salários, e aumento de 23% nos preços de produtos alimentícios (Daróz, 2016).

O quadro social refletiu, a sua maneira, os impasses da integração das culturas, as complexas redes de sociabilidades formadas em torno do negro agora livre, bem como as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento em muitas áreas. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 47) “numa estimativa por cima, os anos 1914-22 geraram entre 4 e 5 milhões de refugiados”.

A tendência num refluxo no número de migrantes se deveu em parte às políticas de incentivo ao trabalho nacional fomentadas pelo Estado brasileiro, bem como a ascensão de governos de extrema direita que impuseram inúmeras restrições políticas (Hobsbawm, 1995, p. 75) em países europeus que historicamente detinham “longa tradição migrantista, como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, além da crise econômica pós quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que se estendeu, ao menos, até meados dos anos 1930” (Paiva, 2009).

Com o avançar da Segunda Guerra Mundial, as dinâmicas migratórias de refugiados, com base nos assentamentos, assim como a articulação em torno da recém-criada Organizações das Nações Unidas (ONU), fomentaram a consagração de um pacto

¹² O cálculo presente no Atlas da Imigração em São Paulo computa três sujeitos a menos. Onde consta: “1.198.327”, o correto é o que segue indicado na tabela 1.

humanitário em torno do tema da migração, complexificando e dinamizado a geopolítica internacional (Marques, 2016), o que levou Paiva (2009) a considerar que “[...] no plano interno a imigração representava uma expressão do projeto de transnacionalização da economia brasileira”. Desse modo, o autor observa que:

A retomada do processo imigratório pós II Guerra - e no período particular entre 1947-1951 - esteve compassada com questões mais amplas, ligadas a conflitos e processos de exclusão e intolerância produzidos durante o conflito mundial na Europa, e às necessidades de distencionamento social naquele continente. Por outro lado, a imigração de deslocados e refugiados de guerra apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica, que marcaria as relações internacionais no pós-guerra, e da qual fizeram parte os investimentos em regiões *periféricas* do globo e a instalação de companhias multinacionais (Paiva, 2009).

Destaca-se agora uma nova fase no que se relaciona a discussão dos processos migratórios, uma vez que se no século XIX observa-se a atuação ora empresarial, ora estatal, para o estímulo do fluxo de pessoas com a finalidade de girar a máquina produtiva do capital, a situação agora se inverte, em função de que nessa nova fase o que há é a presença de organismos multilaterais que “que irão se preocupar com a gestão planetária das questões migratória, financeira, do desenvolvimento, educação, da saúde, etc” (Paiva, 2009), tais como International Refugee Organization (IRO) e Hebrew International Assistance (HIAS), que trabalham em colaboração com os governos para o estabelecimento de “cotas” (suprimidas em 1950) numéricas em relação ao acolhimento de refugiados, sendo que, a partir de 1952 “as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970.

Nesse período, modifica-se o perfil dos migrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses, etc.)” Salles *et al*, 2013, p. 8).

Embora o Brasil tivesse enquanto caráter a recepção humanitária, destaca-se a preocupação do governo em adotar a perspectiva de se acolher certos “perfis”, o que repercutirá em políticas para a seleção de mão de obra para o país a partir de critérios como “preferências étnicas, profissionais, idade, dentre outros aspectos” (Marques, 2019, p. 4), o que estrugiu também nos espaços de discussão mais amplos, onde se debatiam o que seria o migrante “desejável” e “indesejável” (Marques, 2019, p. 5).

Embora essa nova fase inaugurada em função dos conflitos nazistas possa ser caracterizada como direcionada a uma concepção mais humanitária, e, portanto, voltada a estabelecer uma nova dinâmica mundial, não há um contraste de paradigma com relação ao primeiro cenário migratório, pois, mais uma vez, acentua-se uma dinâmica de polarização xenofóbica em torno daqueles que poderiam se considerar os “mais aptos”, e mais “úteis” à nascente sociedade industrial brasileira, associados ao medo de que, dentre os novos migrantes houvessem aqueles caracterizados como “neuróticos de guerra” (Salles *et al*, 2013, p. 13).

O que há, desse modo, é um aprofundamento da questão discriminatória que, influenciada pelo plano internacional, agravará a dinâmica em torno da problemática, que se norteará por meio da seleção dos indivíduos.

Nessa acepção, o presidente direitista Eurico Gaspar Dutra, engendra movimento para a construção de relatórios em relação ao perfil dos migrantes europeus “ideais” ao Brasil, estabelecendo comissão para efetivar o estudo no velho continente.

O estudo “propôs um ranking entre as nacionalidades mais aptas a participar de tal processo, levando em conta [...] as aptidões profissionais e a facilidade de assimilação, o caráter político” (Marques, 2016, p. 4), havendo uma predileção pelos italianos, portugueses e espanhóis em função do afinamento de tais grupos com a cultura latina (Salles *et al*, 2013, p. 14).

Embora o governo brasileiro estivesse disposto a receber pelo menos 7.000.000 refugiados (Paiva, 2009), Salles *et al* (2013, p. 7-8) explorarão, com base em projeto temático multifocal que, no quadro histórico compreendido entre 1947 e 1980, o Brasil recebeu um total de 22.009 migrantes “deslocados”, sendo que:

11 079 dirigiram-se a São Paulo, ou seja, aproximadamente 51%. Depois de São Paulo, o estado que mais os recebeu foi o Paraná, com 4. 606, quase 21% do total para o Brasil, seguido do Rio Grande do Sul, com 2 160, 8,8%; Distrito Federal, com 1 705, 7,7%; Goiás, 852, 3,8%, Santa Catarina, 760, 3,4%; Rio de Janeiro, 553, 2,5%; Minas Gerais, 463, 2,1%; Bahia, 386, 1,7%, e em seguida, em números ínfimos, menores do que 12, ou seja, 0,05% do total, os estados do Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte e Sergipe, juntos. Ou seja, Rio de Janeiro mais Distrito Federal receberam 10,2%. A razão do maior número de entradas em São Paulo, encontra-se justamente nas ofertas de emprego em função das carências de mão de obra qualificada provocadas pelo crescimento do seu parque industrial nos anos 40 e dos acordos firmados entre as empresas e o Governo do Estado para a colocação dos imigrantes (Salles *et al*, 2013, p. 7-8).

Desse modo, muito embora o caráter inicial tivesse como fulcro o realojamento dos refugiados, tendo por base as questões humanitárias, é factível afirmar que a inserção de um contingente de migrantes, muitos deles considerados especializados, promoveu uma complexificação da divisão do trabalho, com apoio de organismos multilaterais, que possibilitaram o desenvolvimento do parque industrial de São Paulo, movimento este que foi acompanhado por “investimentos significativos de companhias estrangeiras em diversos ramos da economia, como os setores automobilístico, químico e farmacêutico, siderúrgico e de transportes” Paiva (2009).

Desse modo, “o estado de São Paulo continuou sendo o principal polo da “nova” migração internacional” (Salles *et al*, 2013, p. 9), reforçando o paradigma de uma migração voltada para a consolidação das atividades urbanas nesse novo contexto.

Depreende-se desse cenário a existência de três tipos de migração: a) espontânea, por meio de “cartas de chamada de parentes e ofertas de empregos” b) “outra que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo, à colonização agrícola” e por fim, uma última forma c) caracterizada por uma “imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais” (Salles *et al*, 2013, p. 11).

Desse modo, coexistem realidades díspares no Brasil: agrupamentos familiares reunidos em função da guerra, aliados a grupos especializados que favorecem o desenvolvimento do cenário urbano-industrial, bem como sujeitos que promovem uma espécie de colonização de áreas agrícolas e outras pouco povoadas do Brasil.

No jogo de forças políticas que moveram as concepções, paradigmas, tensões e acordos em torno do tema da migração em solo brasileiro, destaca-se que, este pode ser considerado como a última fase de incorporação de migrantes europeus em massa, isso “[...] se considerarmos os períodos anteriores – primeiro período: da imigração subsidiada até 1906; segundo período: de 1906 às vésperas da Primeira Guerra Mundial” bem como o “terceiro período: do final da Primeira Guerra Mundial até o fim do Estado Novo, em que se encerra a política subsidiada e se inicia a política restritiva à imigração” (Salles *et al*, 2013, p. 11).

Com o avanço da pauta estadunidense em torno do desmantelamento do comunismo, associadas à doutrina Truman e o plano de reconstrução da Europa, por meio do Plano Marshall, ao qual buscou financiar a reconstrução dos países por meio de apoio monetário em troca do monopólio político de uma perspectiva capitalista, voltada aos interesses de Washington, há o estabelecimento de uma “solidariedade” (imposta) a qual orientará as bases de um complexo jogo de dependência da geopolítica mundial em relação à norte americana (Rollo, 1994).

Tal dinâmica influenciará de maneira decisiva os fluxos migratórios de europeus no Brasil, estabelecendo-se um padrão de queda acentuada nos anos seguintes, tendo em vista que “o Plano Marshall deu à Europa devastada pela guerra os meios econômicos necessários para estimular o arranque da sua reconstrução” o que por sua vez, fomentou um fluxo migratório na região que foi fornecido, principalmente “[...] pelos deslocados, refugiados e emigrantes do leste e sul europeu” (Baganha, 1993¹³, p. 820 *apud* Salles *et al*, 2013, p. 13).

Desse modo, cessado o grande fluxo migratório para o Brasil, associado a um quadro de latente recuperação do solo europeu no pós-guerra, estabelece-se uma dinâmica inversa, na qual a migração opera para a Europa e dentro da região, a partir dos seus países mais pobres e suas ex-colônias.

13 BAGANHA, Maria I. B. Principais características e tendências da emigração portuguesa. In: **Estruturas Sociais e Desenvolvimento**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos, 1993.

Ante ao processo, Hobsbawm concluirá que “aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos” (Hobsbawm, 1995, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se lançar luz sobre os fluxos migratórios de europeus para o Brasil, em suas múltiplas dimensões históricas, sociais, econômicas e políticas, tendo como marco interpretativo os embates que atravessam a modernidade e as tensões que conformam as dinâmicas do poder global.

A migração, como prática social e fenômeno estruturante da história da humanidade, foi, ao mesmo tempo, instrumento de desenvolvimento capitalista e mecanismo de exclusão e dominação, moldando territórios e subjetividades em distintas escalas e temporalidades.

A análise dos ciclos migratórios europeus evidenciou que a construção do Brasil moderno esteve profundamente ancorada na lógica da exploração, na manutenção de uma ordem oligárquica e racista e na promoção de políticas que, sob o manto do progresso, visavam à higienização étnica e à exclusão de populações negras.

As políticas de branqueamento da população, o estímulo governamental à entrada de trabalhadores europeus e os critérios seletivos baseados em ideias de “aptidão”, “assimilação” e “utilidade produtiva” apontam para uma concepção profundamente eugenista e colonial de Estado, que, mesmo em sua vertente humanitária no pós-guerra, manteve critérios de seleção excludentes e discriminatórios.

Por outro lado, a migração europeia também trouxe consigo contradições internas e disputas entre os próprios migrantes, evidenciadas nos conflitos com os fazendeiros, nas péssimas condições de trabalho e moradia e na precariedade dos contratos laborais.

Os migrantes, embora considerados “desejáveis” por sua branquitude e por suas origens europeias, foram também explorados e muitas vezes submetidos a regimes de trabalho degradantes que, em essência, reproduziam lógicas de servidão anteriormente impostas aos negros escravizados.

Assim, não se pode romantizar a experiência migratória, mas compreendê-la como um fenômeno complexo, mediado por desigualdades, hierarquias e interesses econômicos nacionais e transnacionais.

A análise comparativa com outros países latino-americanos, como o México e a Argentina, permitiu compreender a singularidade do modelo brasileiro de acolhimento migratório, fortemente pautado por interesses da elite agrária e por um projeto de nação racialmente hierarquizado.

Enquanto o México se recusou a incentivar a migração branca, valorizando sua herança indígena, o Brasil e a Argentina apostaram na negação de sua ancestralidade africana e indígena como parte de um projeto de embranquecimento nacional. Tal escolha teve repercussões duradouras e estruturais, ainda visíveis nas desigualdades raciais que atravessam a sociedade brasileira contemporânea.

A última grande fase de incorporação de migrantes europeus ao Brasil, ocorrida entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1980, reafirmou o caráter instrumental e seletivo das políticas migratórias.

Mesmo sob o discurso da solidariedade humanitária, o Brasil continuou a privilegiar certos perfis migratórios, com base em critérios étnicos, culturais e econômicos. A constituição de redes de apoio internacionais, aliada à industrialização crescente, converteu o Brasil — e particularmente o estado de São Paulo — em um polo de atração para trabalhadores estrangeiros, que, ao mesmo tempo, contribuíam para o desenvolvimento urbano-industrial e reforçavam os processos de exclusão social já em curso.

Desse modo, o presente estudo evidenciou a centralidade dos fluxos migratórios na formação da sociedade brasileira, mas também demonstrou as marcas profundas de um projeto de país construído a partir da exclusão racial, da negação da diversidade e da instrumentalização da migração como ferramenta de controle populacional e expansão econômica.

Ao revisitar criticamente esse processo, não se resgata apenas uma história silenciada dos sujeitos historicamente marginalizados, mas também se evidencia a urgência de se repensar as políticas migratórias vigentes, rompendo com os paradigmas excludentes que marcaram o passado.

Tal reflexão torna-se ainda mais premente diante do atual cenário migratório, no qual o Brasil é interpelado a reavaliar suas práticas diante do crescente ingresso de contingentes de haitianos e venezuelanos, cujas experiências de deslocamento revelam novas formas de vulnerabilidade e reafirmam a persistência de lógicas seletivas, racializadas e desiguais no acolhimento institucional.

Em tempos nos quais os deslocamentos humanos voltam a ocupar o centro dos debates globais, seja em razão de conflitos armados, mudanças climáticas ou crises econômicas, é fundamental que o Brasil — enquanto nação formada por múltiplas matrizes migratórias — compreenda sua responsabilidade histórica e humanitária.

Somente a partir do reconhecimento das injustiças cometidas, da valorização da diversidade étnico-racial e da promoção de políticas verdadeiramente inclusivas será possível construir um projeto de país que honre, de fato, sua própria história migrante, plural e mestiça.

REFERÊNCIAS

- BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTLES, S.; MILLER, M. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 2. ed. Houndmills: Macmillan Press, 1998.
- DARÓZ, C. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: A longa travessia**. Editora. Contexto, 2016.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARQUES, G. S. C. Os Refugiados da Segunda Guerra e o Brasil: política e recepção (1946-1952). **Revista de História**, v. 32, p. 45-67, 2019.
- MENEZES, L. M. Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930). **Latinidades**, Rio de Janeiro, p. 44-73, 2013.
- PAIVA, O. C. Refugiados da Segunda Guerra Mundial e os Direitos Humanos. **DIVERSITAS**, 2010.
- ROLLO, M. F. Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). **Análise Social**, v. 29, n. 128, p. 841-869, 1994.
- SALLES, M. R. R.; BASTOS, S.; PAIVA, O. C.; PERES, R. G.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- SANTI, V. J. C.; BAPTISTA, R. D.; BERNIERI, C. G. P.; Martins, V. C. (Orgs.). **Povos originários e comunidades tradicionais: Trabalhos de pesquisa e de extensão universitária**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- SANTOS, R. B. **Migração no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1997.